

PROCESSO - A. I. Nº 180573.0008/04-2
RECORRENTE - PLURIQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0001/01-05
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 19/04/2005

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0124-12/05

EMENTA: ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA DESTINADA A CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Reconhecido cometimento da irregularidade. Infração confirmada. **2.** CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** MATERIAL DE CONSUMO. Vedada a utilização de crédito de mercadorias destinadas a consumo do estabelecimento. Infração confirmada. **b)** ESTORNO DE CRÉDITO. Comprovada a utilização indevida de valores pagos referentes as parcelas do imposto devido pela diferença de alíquota. **3.** PASSIVO “FORNECEDORES”. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Constitui-se em presunção legal de omissão de saída de mercadorias tributáveis a não contabilização dos pagamentos das mercadorias adquiridas. Não provada nos autos a acusação fiscal. Infração insubsistente. Os pagamentos comprovadamente efetuados após o procedimento fiscal, devem ser homologados pelo órgão competente da SEFAZ. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente em Parte o Auto de Infração referenciado, exigindo pagamento de imposto no valor de R\$4.852,84, atualizado monetariamente e acrescido de multa decorrente de falta de recolhimento de diferença de alíquotas internas e interestaduais nas aquisições de mercadorias destinadas a consumo do estabelecimento, utilização indevida de crédito fiscal de ICMS relativo à aquisição de material para uso e consumo, inclusive das parcelas de diferença de alíquotas que foram pagas.

O autuado reconheceu o débito e quitou o seu montante, conforme DAE anexado à fl. 112.

A 1ª Junta de Julgamento Fiscal julgou o Auto de Infração Procedente em Parte porque considerou Improcedente o item 4º da autuação que não faz parte do presente Recurso.

O recorrente interpôs Recurso Voluntário afirmando que com o pagamento da exigência fiscal há a extinção do crédito tributário, tornando-se descabida a intimação para pagamento do imposto constante no acórdão recorrido.

A Procuradoria Fiscal, em Parecer de Dra. Sylvia Amoêdo, aponta que o recorrente insurge-se unicamente ao fato de que o julgamento de Primeira Instância não reconhece o pagamento efetuado e fora novamente intimada para pagamento integral da condenação.

Observa que consta dos autos cópia de DAE referente ao pagamento das infrações reconhecidas pelo autuado, relativas aos itens 1 a 3 e esse pagamento deve ser objeto de homologação para extinção do débito tributário.

Assim, opina pelo Provimento do Recurso Voluntário para que seja homologado o pagamento efetuado.

VOTO

Evidentemente razão assiste ao recorrente quanto à homologação do recolhimento efetuado em 25/10/2004, no valor de R\$9.568,23, conforme cópia autenticada do DAE respectivo, anexado à fl. 112 dos autos, para quitação das infrações 1, 2 e 3 do Auto de Infração referenciado, que deixou de constar na resolução da Decisão recorrida.

Assim, dou PROVIMENTO ao Recurso Voluntário para que seja homologado para produzir os efeitos desejados, de modo a extinguir o presente PAF.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para retificar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180573.0008/04-2**, lavrado contra **PLURIQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.854,84**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, incisos II, “f” e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, homologando-se os pagamentos efetivamente realizados.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de abril de 2005.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

JOSÉ ANTONIO MARQUES RIBEIR - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS